



Público ou privado?

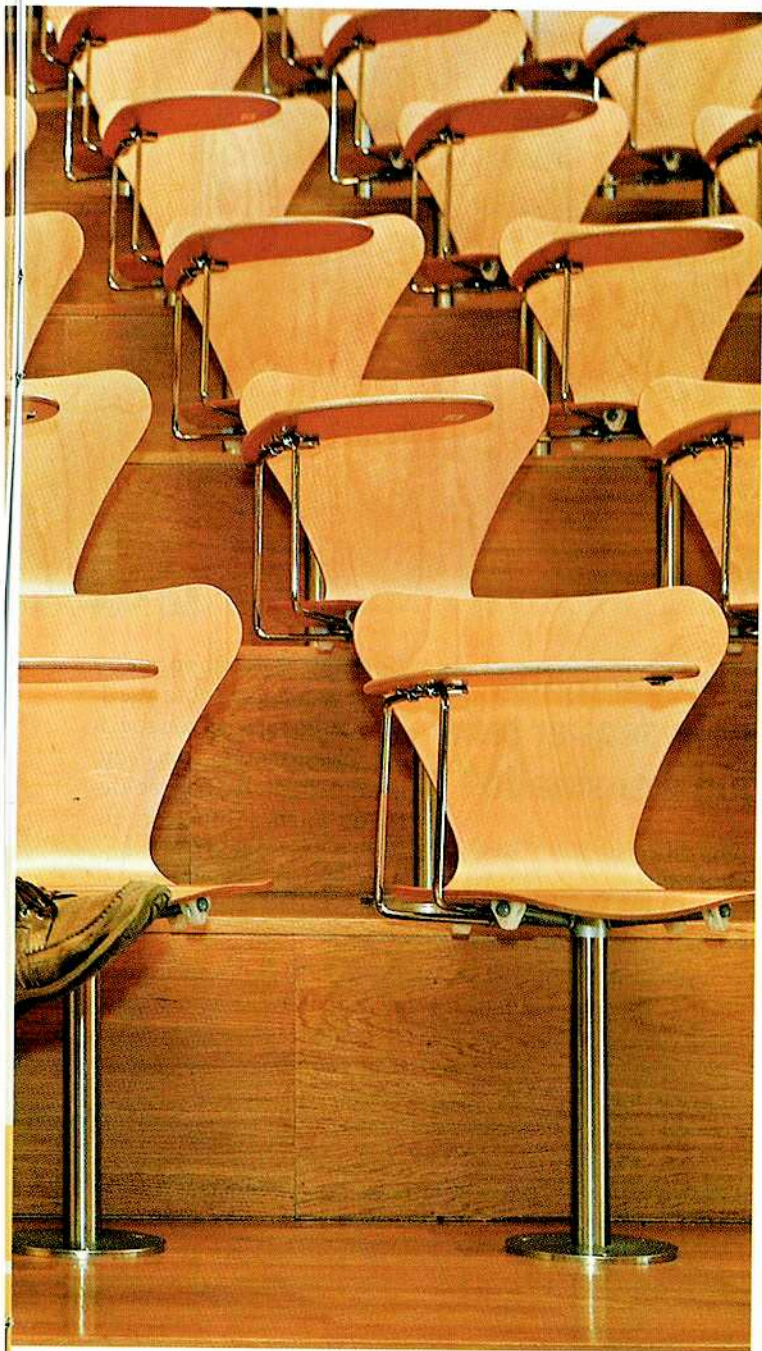
Os observadores mais atentos do ensino dizem que as melhores universidades continuam a ser as públicas, mas reconhecem que nas privadas também há bons exemplos. **Por Joana Stichini Vilela**

Se há pouco mais de 30 anos, ter um diploma universitário representava um emprego; agora, assegura pouco mais do que as iniciais “dr.,” “eng.” ou “arq.” antes do nome. A explosão do número de estudantes do ensino superior – de 57 mil, em 1974, para cer-

ca de 400 mil nos dias de hoje – acentuou a importância do prestígio das universidades e institutos frequentados. Com a proliferação inédita de novas instituições por todo o País, muitas dúvidas recaíram sobre a qualidade do ensino, sobretudo no sector privado. A inexistência até 1994 de qualquer

organismo para avaliar o ensino superior não ajudou. Ano após ano, pais e alunos perguntam-se sem obter resposta: será que os sistemas de Ensino Superior privado e público estão ao mesmo nível?

Em declarações à SÁBADO, o antigo secretário de Estado do Ensino Superior, Pedro



Lourtie, diz acreditar que as melhores instituições ainda estão no ensino público. Afinal, são mais antigas, há mais tempo que investem na formação, bem como em projectos de investigação e de internacionalização. No entanto, acrescenta, “isso não significa que todas as instituições e todos os cursos do público sejam melhores do que os do privado”.

Pedro Lourtie, que é professor do Instituto Superior Técnico, está convencido de que tem havido uma aproximação entre os ►

**António Magalhães,
do Centro de
Investigação de
Políticas do Ensino
Superior**

UNIVERSIDADES

Pedro Lourtie, ex-secretário de Estado do Ensino Superior e professor do Técnico: "Vai haver uma depuração do ensino privado"

▶ dois subsistemas. "Estamos a assistir a um período em que vai haver uma certa depuração do ensino privado", afirma. "Há instituições que fecham ou vão fechar, eventualmente com o reforço de outras, que investiram, a mais longo prazo, na qualidade do corpo docente." Pela positiva, cita o Instituto Superior de Ciências da Saúde do Norte, em Paredes, a Universidade Lusófona e a Universidade Lusíada, em Lisboa. O ex-secretário de Estado confirma que o período que decorreu até à criação do Centro Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES), em 1994, foi de "pouco controlo e terá permitido que se desenvolvessem instituições de qualidade duvidosa". Dados recolhidos em 1996, por exemplo, mostravam que havia docentes a dar aulas em muito mais do que uma instituição. "O recorde que conseguimos encontrar foi oito. Na altura falou-se muito nos 'turboprofessores'", lembra, "o que não faz sentido nenhum".

ANTÓNIO MAGALHÃES, do Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior (CIPES), explica que, quando no final da década de 70, o governo abriu o ensino universitário ao sector privado, foi com a ideia de produzir maior diversidade académica, assegurar uma melhor cobertura regional, ajustar o ensino às necessidades locais e regionais e, como fim último, alcançar uma maior igualdade social. "Ora, os estudos têm mostrado que essas promessas estão longe de ter sido cumpridas", diz António Magalhães. "Por trás do discurso sobre o serviço à educação superior no Ensino Superior privado parece prevalecer uma lógica de viabilidade e de procura de sucessos económicos."

Magalhães dá o exemplo da criação de cursos nas áreas do Direito, das Ciências Sociais e do Comércio (65,5% do total da oferta), que terá sido orientada pela menor necessidade de investimento em infra-estruturas. Só agora, acrescenta, confrontadas com a queda dramática do número de estudantes, é que as instituições de ensino superior privado começam a entrar noutras áreas. Neste campo, no entanto, as instituições públicas não estão isentas de culpa. Tal como no sector privado, existe a tendência para "mimetizarem os casos de sucesso e



"Em muitos casos, o nome de um curso nem sequer tem a ver com o que é ensinado"

não para se pensarem como diferença institucional e de diversidade de oferta".

Na opinião da deputada do PCP, Luísa Mesquita, que se tem dedicado a dar conferências sobre o Ensino Superior nas últimas semanas, é urgente uma reorganização, racionalização e ordenamento da rede de universidades "para que os pais não vejam os filhos a sair para o mercado de trabalho com um curso que não lhes serve para nada".

Para isso, Luísa Mesquita defende a cria-



ção de um observatório que informe as famílias sobre as exigências do mercado de trabalho. (Nesse sentido, com Pedro Lourtie à frente da Direcção-Geral do Ensino Superior, em

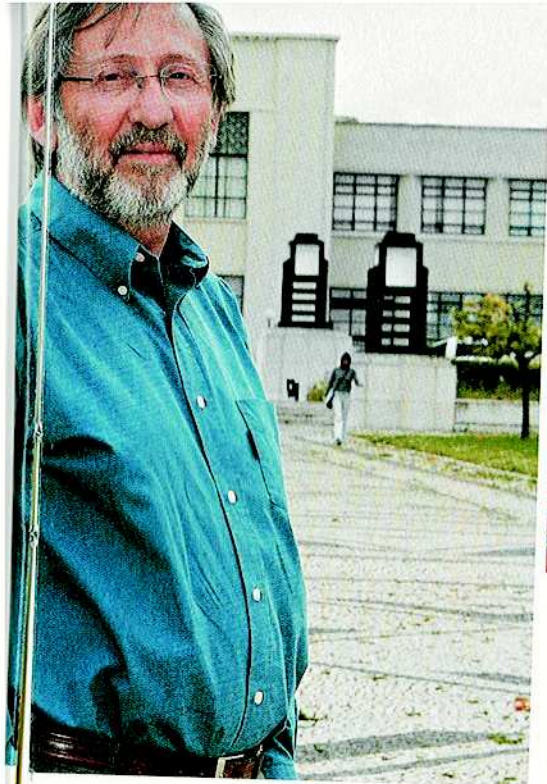
1998, fez-se uma tentativa de arrancar com o Sistema de Observação dos Percursos de Inserção dos Diplomados do Ensino Superior - ODES).

Outro passo essencial é o desenvolvimento de mecanismos de avaliação do ensino superior. "Em muitos casos, o nome de um curso nem sequer tem a ver com o que é ensinado", diz a deputada do PCP. "Na Universidade Fernando Pessoa, criaram-se cursos para atrair pessoas da área da saúde. Nos primeiros anos, em vez de apostarem nas

áreas científica e tecnológica, tinham disciplinas como Direito Comunitário e Inglês." Luísa Mesquita vai mais longe: "O que aconteceu na Universidade Independente não me espantou. Espanta-me que não aconteça mais vezes. É só o Estado ter coragem de começar a avaliar."

O presidente da Comissão Parlamentar da Educação, Agostinho Branquinho, concorda: "O problema que aconteceu nalgum

Luísa Mesquita, deputada:
"Espanta-me que não aconteça mais vezes o que aconteceu na Universidade Independente"



mas instituições (como a Universidade Moderna e a Universidade Independente) é exactamente devido à ausência de avaliações constantes e periódicas e alguma falta



de fiscalização dos organismos que têm esse poder.” Este deputado do PSD defende que não deve ser lançado um estigma sobre o ensino superior privado – há lacunas em ambos os sub-sistemas; deve-se, sim, tentar perceber quais os estabelecimentos com melhores e piores saídas profissionais. “A polémica sobre quem tem mais qualidades só existe porque não temos um sistema de avaliação claro, isento e transparente”, conclui. “Há algum clima de deixa andar”. ■

Agostinho Branquinho diz que não deve haver um estigma sobre o privado

PRIVADAS NO QUADRO DE HONRA

■ Nas avaliações apresentadas pelo Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES), a Universidade Católica Portuguesa aparece entre as melhores do País, sobretudo nas áreas da Gestão, da Economia e do Direito. Entre as dez licenciaturas mais pretendidas pelos alunos, destacam-se também a Universidade Fernando Pessoa, no Porto, com o curso de Ciências da Comunicação, e o Instituto Superior de Ciências da Saúde do Norte, em Paredes, no campo das Ciências Farmacêuticas. (ver págs. 28 a 34)